

CONTRATO Nº 4/2016

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO
ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE
OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO
PREVENTIVA, PREDITIVA E
CORRETIVA, REMANEJAMENTO,
READEQUAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS
SISTEMAS DE SUPERVISÃO PREDIAL,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA
DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E
REPRESENTAÇÃO LTDA (Pregão
Eletrônico Nº 133/2015 – Processo
357.370, SEI 911/2016).**

A UNIÃO, por intermédio do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 00.531.640/0001-28, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Senhor **Amarildo Vieira de Oliveira**, RG 561.385-SSP/DF e CPF 289.880.001-53, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso IX, alínea "z", do Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, de 4 de novembro de 2003, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, com sede na C-12 AE 02 Sala 323, 3º Andar – Ed. Conjunto Nacional – Taguatinga Centro, Brasília - DF, CEP: 72.010-120, CNPJ 03.591.509/0001-44, telefone/fax: (61) 3336-1982, neste ato representada por seu Sócio-Diretor, Sr. **Marcos Alex Sá Sereno**, CREA n. 7.779/D-DF e CPF 253.758.063-04, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato observando-se as normas constantes nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e no Decreto 3.555/2000, o contido no Processo 357.370 e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de apoio técnico especializado nas áreas de operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva, remanejamento, readequação e instalação dos sistemas de supervisão predial, observados o Edital de licitação, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrarie.



DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente instrumento será executado por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) prestar à **CONTRATADA** as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato;
- b) permitir, durante a vigência do Contrato, o acesso dos representantes ou empregados da **CONTRATADA** ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- d) atestar a execução do objeto deste Contrato por meio do setor competente;
- e) efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato;
- f) aferir, por meio de sistema eletrônico, as horas de prestação de serviços dos postos de trabalho, para fins de pagamento;
- g) proceder à estimativa do quantitativo de horas suplementares e dar a autorização para a realização dos serviços em horas suplementares.

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) executar os serviços e observar todas as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- b) realizar os serviços de instalação, remanejamento e adequação com supervisão do Engenheiro Responsável Técnico, obedecendo aos prazos estipulados no Termo de Referência;
- c) realizar visitas, levantamentos e vistoria das instalações do **CONTRATANTE** com prévio agendamento com a Seção de Manutenção de Instalações e Equipamentos Prediais do STF;
- d) fornecer o diário de obras, registrando, diariamente, ocorrências relativas à pessoal, material retirado e adquirido, andamento dos serviços, etc;
- e) proceder a detalhado exame e levantamento dos elementos que serão montados e desmontados, bem como apresentar plano de desmonte e cronograma de execução dos serviços, antes de iniciar os serviços de remanejamento, readequação e instalação;
- f) realizar os levantamentos necessários para os serviços, após recebimento da ordem de serviço, conferindo todas as medidas dos itens consignados, devendo apresentar orçamento detalhado de eventuais peças necessárias à realização dos serviços, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da ordem de serviço. Este orçamento será submetido

Supremo Tribunal Federal

à apreciação do STF, onde o **CONTRATANTE** efetuará pesquisa de preços com outras empresas do ramo, a fim de certificar que a proposta apresentada pela **CONTRATADA** está em conformidade com o preço de mercado. Caso a pesquisa de preço encontre valor menor que o apresentado pela **CONTRATADA**, o STF ressarcirá apenas o menor valor. O pagamento será efetuado após o atesto dos serviços, com a apresentação de nota fiscal de aquisição das peças;

- g) utilizar na execução dos serviços somente peças novas (originais/genuínas) nos equipamentos;
- h) concluir os serviços obedecendo aos prazos abaixo, a contar da aprovação do orçamento apresentado, que não poderão ser superiores a:

h.1) 5 (cinco) dias – para serviços sem fornecimento de material;

h.2) 10 (dez) dias – para serviços com fornecimento de material;

h.3) a **CONTRATADA** poderá solicitar prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior, desde que o faça por escrito. Deverá constar o prazo necessário para o término do serviço com motivo relevante pelo qual necessita mais prazo. Caberá à fiscalização deferir ou não tal solicitação.

- i) proceder a avaliação técnica e psicológica de todos os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho, com vistas a aprovação do **CONTRATANTE**;
- j) apresentar à unidade responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, a contar a assinatura do contrato, ficha de avaliação individual do profissionais a serem alocados nos respectivos postos de trabalho, com dados atualizados, a qual deverá ser acondicionada em pasta suspensa, contendo toda a identificação do profissional: currículo, foto, endereço/telefone residencial, cópia autenticada referente a escolaridade, sendo que a escolaridade será comprovada mediante apresentação de cópia autenticada do certificado ou diploma, expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida pelo MEC, para ambos os postos de trabalho;
- k) manter os profissionais, quando em horário de funcionamento dos postos de trabalho, obrigatoriamente uniformizados ou trajados de forma condizente com o serviço, conforme o caso, a executar e identificados mediante uso permanente de crachá, com foto e nome visível, a ser confeccionado pelo **CONTRATANTE**, por ocasião da instalação do posto de trabalho;
- l) manter pessoal devidamente identificado por meio do uso de crachás de identificação, de acordo com os padrões de identificação do **CONTRATANTE**, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados. O STF fornecerá crachá ao profissional alocado no posto de trabalho, no momento do preenchimento do posto. Na hipótese de extravio ou dano no crachá fornecido, a **CONTRATADA** deverá fornecer ao **CONTRATANTE** o custo do crachá, no valor de R\$ 11,71 (onze reais e setenta e um centavos). Esse valor poderá sofrer atualização;
- m) suprir toda e qualquer falta no posto de trabalho por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**. O substituto deverá cumprir os mesmos requisitos exigidos para o preenchimento do posto de trabalho, sendo que a **CONTRATADA** se obriga a:

m.1) manter nas dependências do **CONTRATANTE** cadastro dos profissionais, atualizado, de forma que o **CONTRATANTE** possa verificar, a qualquer tempo, a conformidade dos requisitos exigidos para o preenchimento do posto de trabalho a ser ocupado;

Supremo Tribunal Federal

m.2) remunerar o profissional substituto com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes e previstos contratualmente;

m.3) preencher o posto vago após autorização do **CONTRATANTE**, sob pena de glosa do valor correspondente ao período em que o posto de trabalho permaneceu desocupado;



- n) cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aquelas referentes à segurança e à medicina do trabalho, inclusive fornecer produtos apropriados a proteção dos profissionais expostos a condições climáticas adversas;
- o) responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiros ou ao **CONTRATANTE**, devendo ser descontado, no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, o valor correspondente aos prejuízos causados, conforme o caso;
- p) executar os serviços contratados, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo **CONTRATANTE**;
- q) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do Contrato, devendo orientar os profissionais nesse sentido;
- r) instruir os seus profissionais, quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas dependências do **CONTRATANTE**;
- s) manter durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- t) cumprir as normas e regulamentos internos do **CONTRATANTE**, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- u) substituir definitivamente, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer profissional no posto de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público. Fica vedado o retorno dos profissionais substituídos às dependências do **CONTRATANTE**, para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais;
- v) comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato;
- w) comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo **CONTRATANTE**;
- x) acatar a fiscalização do **CONTRATANTE** levada a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim, e cuja solicitação atender-se-á imediatamente, comunicando-o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços;
- y) apresentar ao **CONTRATANTE** toda a Legislação Federal e Distrital atualizada existente ou que venha a ser criada que regulamenta as atividades contratadas, bem como, fornecer, quando da assinatura do contrato e quando de sua prorrogação, o acordo ou convenção coletiva registrado no Ministério do Trabalho e Emprego;

Supremo Tribunal Federal

- z) criar métodos de incentivo profissional, visando motivar o profissional no desempenho de suas atividades;
- aa) Orientar os profissionais alocados nos postos de trabalhos a:
 - aa.1) não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas ou funcionários, durante o horário de trabalho, sobre assuntos diversos da atividade exercida no posto;
 - aa.2) utilizar o telefone exclusivamente para o serviço. As chamadas externas realizadas em caráter particular serão cobradas em conta telefônica, devendo ser pagas até o 5º dia útil, a contar da notificação;
 - aa.3) apresentar-se devidamente asseados, barbeados, unhas e cabelos cortados e os cabelos presos ou curtos;
 - aa.4) portar em lugar visível o crachá de identificação confeccionado pelo **CONTRATANTE**;
- bb) apresentar o plano de férias dos profissionais alocados nos postos de trabalho ao **CONTRATANTE** para fins de avaliação, observada a necessidade de serviços do Tribunal;
- cc) entregar, sempre que solicitado, à unidade fiscalizadora do Contrato, cópias dos comprovantes de pagamento de salário e de fornecimento de auxílio-alimentação e auxílio-transporte aos profissionais, os quais deverão constar nome e matrícula do profissional, data da entrega, bem como a quantidade e o valor dos vales e o mês de competência e, ainda, assinatura do profissional atestando o recebimento, cuja comprovação deverá ocorrer em até 2 (dois) dias úteis após a solicitação do **CONTRATANTE**;
- dd) entregar ao profissional o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação até o último dia útil do mês anterior ao da prestação dos serviços;
- ee) efetuar o pagamento dos salários dos profissionais via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do **CONTRATANTE**;
- ff) manter matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, durante toda a vigência do Contrato, com condições adequadas para gerenciar a prestação dos serviços;
- gg) fornecer, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato, endereço da matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, bem como número de telefone comercial fixo, móvel, fax também no Distrito Federal e endereço eletrônico (e-mail), devendo atualizar todos os dados sempre que houver alteração;
- hh) designar preposto, a partir da assinatura do Contrato, que tenha capacidade gerencial para tratar dos assuntos contratuais, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados;
- ii) o preposto deverá manter contato com o representante da Administração durante a execução do Contrato, atender às solicitações do **CONTRATANTE**, efetuar controle de informações relativas ao faturamento mensal da **CONTRATADA**, atender os profissionais alocados nos postos de trabalho efetuando tarefas como: entrega de contracheques, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, uniforme, controle de folha de ponto, bem como desempenhar outras atividades de responsabilidade da **CONTRATADA**, sendo que o engenheiro supervisor poderá atuar como preposto;
- jj) não indicar como preposto profissional ocupante dos postos de trabalho;


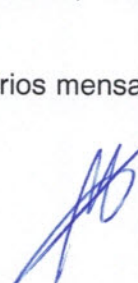
Supremo Tribunal Federal

- kk) não substituir profissional de posto de trabalho pelo preposto, nos casos de faltas ou impedimentos;
- ll) registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos profissionais;
- mm) manter os profissionais capacitados e atualizados de acordo com a necessidade dos serviços realizados nos postos de trabalho;
- nn) providenciar, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;
- oo) autorizar, no momento da assinatura do Contrato, o STF a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela **CONTRATADA**, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- pp) viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados do presente Contrato;
- qq) oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**;
- rr) apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 3 (três) dias, o comprovante das transferências/movimentações/extratos bancários referente às obrigações trabalhistas;
- ss) manter Responsável Técnico, Engenheiro Eletricista ou Eletrônico ou Mecatrônico, detentor de acervo técnico exigido na licitação, que atuará também como supervisor de serviços, e disponibilizar ao STF o telefone desse profissional para eventuais contatos e emergências, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- tt) fornecer, às suas expensas, todo o material de escritório e de informática necessário à execução dos laudos, relatórios e demais atividades necessárias ao funcionamento dos postos de trabalho e prestação dos serviços;
- uu) executar diretamente o objeto do Termo de Referência, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações de outras empresas;
- vv) comunicar ao gestor do Contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, registrando-as no livro de ocorrências da **CONTRATADA**, com os dados e circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos;
- ww) responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal de sua residência até às dependências do **CONTRATANTE** ou outro local previamente designado, e vice-versa;
- xx) efetuar contatos com os fabricantes ou instaladores dos sistemas para dirimir eventuais dúvidas ou solicitar suporte, licenças, atualizações e informações diversas;
- yy) possibilitar ao STF o acompanhamento completo dos serviços, fornecendo todas as informações necessárias por meio de relatórios e/ou resposta a qualquer solicitação do **CONTRATANTE**;
- zz) realizar os serviços de manutenção, adaptações e modificações nas instalações existentes, decorrentes de possíveis alterações de leiaute que porventura venham a ocorrer, bem como, se for necessário, atualizar a programação dos softwares do sistema;

Supremo Tribunal Federal

- aaa) responsabilizar-se por qualquer dano e/ou defeito nos equipamentos, causados por serviços deficientes e assumir o ônus pela aquisição/reposição de peças e, se for o caso, do próprio equipamento;
- bbb) fornecer toda a mão-de-obra qualificada para a execução dos trabalhos, destacando para a perfeita prestação dos serviços somente técnicos especializados e qualificados;
- ccc) responsabilizar-se pela execução de qualquer serviço, independentemente de fiscalização por parte do **CONTRATANTE**;
- ddd) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Contrato;
- eee) disponibilizar para os seus funcionários alimentação e transporte, ida e volta, para o local de instalação dos postos de trabalho;
- fff) responder diretamente perante o **CONTRATANTE**, sem transferência de qualquer responsabilidade;
- ggg) sugerir modificações, no decorrer da prestação dos serviços, sempre que entender necessário, objetivando otimizar os sistemas ou serviços;
- hhh) cadastrar em seus arquivos ou em formulário apropriado da Seção de Manutenção de Instalações e Equipamentos Prediais do STF as ordens de serviço do sistema de atendimento às solicitações do STF, informando ao gestor do contrato os pedidos de novas instalações que vierem a ser solicitadas;
- iii) providenciar, no caso de troca ou entrada de funcionário não cadastrado para exercer atividades no STF, para que o mesmo tenha a mesma habilitação, especialização, treinamento e capacidade técnica exigida no Termo de Referência;
- jjj) instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas dos edifícios do **CONTRATANTE**;
- kkk) diligenciar para que os empregados ou prepostos tratem o pessoal do **CONTRATANTE** com atenção e cordialidade dispondo de profissionais que demonstrem criatividade, agilidade, organização, educação no trato com pessoas, discernimento, senso de responsabilidade, controle emocional, espírito de equipe e presteza em acatar ordens superiores;
- lll) manter, durante toda a execução do Contrato, o acervo técnico do Responsável Técnico Engenheiro Eletricista, Eletrônico ou Mecatrônico e as condições de habilitação, especialização, qualificação e treinamento exigidas para a contratação de cada um dos profissionais;
- mmm) tomar as precauções e zelar permanentemente para que suas operações, pessoal e equipamentos não provoquem qualquer tipo de danos (físicos ou materiais) ao STF, às suas instalações, aos móveis e a terceiros em decorrência ou não dos serviços aqui especificados. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á e responderá por todos os danos causados;
- nnn) proceder à avaliação técnica de todos os profissionais encaminhados, com vistas ao atendimento das exigências do Termo de Referência;
- ooo) acompanhar os serviços objetos deste Contrato e assinar os relatórios mensais por meio do seu Engenheiro Responsável;



Supremo Tribunal Federal

- ppp) fornecer em meio magnético os originais dos projetos de instalações atualizados, em decorrência de modificações que se façam necessárias;
- qqq) executar os serviços obedecendo rigorosamente ao constante nos documentos:
- qqq.1) prescrições e recomendações dos fabricantes;
 - qqq.2) normas da ABNT;
 - qqq.3) normas internacionais consagradas, na falta das citadas;
 - qqq.4) as especificações contidas no cronograma de rotina de manutenção preventiva dos equipamentos;
- rrr) utilizar somente ferramentas e aparelhos adequados a cada tipo de serviço para o Técnico de Automação Predial, conforme o Kit descrito no Anexo B do Termo de Referência.
- sss) manter em arquivo as cópias dos relatórios mensais enviados;
- ttt) elaborar e entregar ao **CONTRATANTE**, em cada período contratual de 12 (doze) meses, um relatório técnico anual especificando as condições de conservação, desgaste, funcionamento e outros indicadores que julgar necessário para um diagnóstico preciso das condições de operação dos sistemas. Este relatório anual deverá ser entregue junto com o relatório mensal do décimo segundo mês de cada período contratual;
- uuu) fornecer equipamentos de segurança e proteção aos empregados, obedecendo a todas as recomendações relativas à segurança e à saúde do trabalho;
- vvv) proteger os móveis e objetos existentes no local de realização dos serviços com lonas e outro material adequado, a fim de evitar danos aos equipamentos, amarrando com cordas e vedando com fitas adesivas, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados;
- www) movimentar equipamentos, móveis e outros elementos existentes no **CONTRATANTE**, a fim de facilitar a execução dos serviços, com prévia autorização da fiscalização do STF, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados;
- xxx) providenciar para que, após os serviços diários, todos os ambientes fiquem exatamente como estavam antes da execução dos serviços;
- yyy) visitar o local dos serviços, fazendo as devidas medições, aferições e previsões necessárias para a perfeita execução dos trabalhos, todas as vezes que houver solicitação por parte do **CONTRATANTE**;
- zzz) conferir, no local, as medidas e os desenhos indicados em projeto. No caso de divergências entre as medidas, a fiscalização do STF deverá ser imediatamente comunicada. Os dimensionamentos, no que couber, ficarão a cargo da **CONTRATADA**;
- aaaa) refazer, em até 3 (três) dias a contar da notificação, os trabalhos recusados pelo **CONTRATANTE** ou que apresentem imperfeições e possibilitar ao **CONTRATANTE** o acompanhamento completo dos serviços, fornecendo, de imediato, todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação. A existência de fiscalização não diminui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA** pela execução de qualquer serviço;
- bbbb) recompor todos os elementos que forem danificados durante a execução dos trabalhos (piso, paredes, calçadas, asfaltos, instalações etc.), usando material e acabamentos idênticos aos existentes no local;

Supremo Tribunal Federal

- cccc) providenciar, no caso de substituição de material por equivalente ou semelhante, sempre que a fiscalização julgar necessário, atestado de similaridade de desempenho do material apresentado, testes e ensaios relativos a este, conforme previsão em normas, comprovando sua qualidade, desempenho e durabilidade, perante as instituições ou fundações capacitadas para este fim, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo submeter previamente à fiscalização amostras, sem ônus para o **CONTRATANTE**, para manifestação formal sobre a possibilidade de substituição;
- dddd) guardar as amostras aprovadas pela fiscalização até o término dos serviços para que seja possível, a qualquer tempo, a verificação da semelhança do material aceito com o que foi aplicado;
- eeee) executar os trabalhos em qualquer dia e horário (nos três turnos), quando solicitado pelo **CONTRATANTE**. Aqueles que geram maior índice de ruídos ou possam interferir nas atividades do STF serão executados fora dos horários de expediente normal do STF, ou seja, de segunda à sexta-feira, no horário das 20h às 11h, ou aos sábados, domingos e feriados em qualquer horário, sendo previamente agendados com a fiscalização;
- ffff) apresentar à unidade responsável pela fiscalização do Contrato, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato, cronograma detalhado de manutenção preventiva;
- gggg) não permitir que os profissionais alocados nos postos de trabalho executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando o serviço;
- hhhh) qualificar adequadamente os profissionais reservas, antes de assumirem os postos de trabalho, visando a dar-lhes condições de executar as atividades em conformidade com as peculiaridades dos serviços de cada posto de trabalho, para não prejudicar a continuidade das atividades em caso de substituição;
- iiii) não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, por escrito, do **CONTRATANTE**;
- jjjj) assinar e proceder a devolução de termos aditivos em até 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento;
- kkkk) responsabilizar-se, em relação aos profissionais alocados nos postos de trabalho, com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços;
- llll) cientificar o **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência;
- mmmm) manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- nnnn) não preencher os postos de trabalho e a função de preposto com empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**;
- oooo) providenciar, por meios próprios, o transporte dos funcionários quando houver paralisação dos transportes coletivos, independentemente de itinerário, percurso ou distância;
- pppp) registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos profissionais;

qqqq) entregar ao profissional o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação até o último dia útil do mês anterior;

rrrr) comparecer, em até 10 (dez) dias a contar do recebimento do ofício emitido pelo CONTRATANTE, ao Banco do Brasil para abertura da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação, em nome da empresa, apresentando os documentos solicitados;

ssss) apresentar, quando da assinatura do contrato e quando de sua prorrogação, quando for o caso, os acordos ou convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução dos serviços;

tttt) observar as demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

CLÁUSULA QUINTA – Constituem prerrogativas do **CONTRATANTE** examinar as carteiras de trabalho dos profissionais alocados nos postos de trabalho, para comprovar o registro de função profissional, o valor do salário e as obrigações trabalhistas.

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA – O **CONTRATANTE** nomeará gestor titular e substituto para executar a fiscalização do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

Parágrafo primeiro – O gestor registrará, em relatório, as ocorrências, deficiências e falhas detectadas, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Parágrafo segundo – O gestor comunicará à autoridade competente, por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis, as situações que impliquem alterações contratuais, para autorização e demais providências à celebração de termo aditivo, bem como as situações que ultrapassem a sua competência, para adoção das medidas cabíveis.

DO VALOR

CLÁUSULA SÉTIMA – O valor mensal estimado do presente Contrato é de **R\$ 40.061,19 (quarenta mil, sessenta e um reais e dezenove centavos)** e o valor anual estimado é de **R\$ 790.154,22 (setecentos e noventa mil, cento e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos)**, observado o Anexo ao Contrato.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA OITAVA – A despesa decorrente deste Contrato correrá à conta dos recursos consignados ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União de 2016, Programa de Trabalho:

02.061.0565.6359.5664 – Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal, Natureza da Despesa: 33.90.37 – Locação de Mão-de-Obra, tendo sido emitida a Nota de Empenho nº.2016NE000065, datada do dia 22/01/2016.

DA GARANTIA FINANCEIRA

CLÁUSULA NONA – A **CONTRATADA** prestará garantia de execução do Contrato no valor de **R\$ 39.499,99 (trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)**, na modalidade seguro garantia, correspondente a 5% do valor total anual estimado, tendo como beneficiário o **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro – A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do Contrato.

Parágrafo segundo – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pelo STF à Contratada;
- c) prejuízos diretos causados ao STF decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não adimplidas pela Contratada, quando couber;
- e) prejuízos indiretos causados ao STF e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Parágrafo terceiro – Caso a garantia prestada pela **CONTRATADA** seja nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, esta deverá prever, expressamente, cobertura indicada no parágrafo anterior.

Parágrafo quarto – O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

Parágrafo quinto – Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, o **CONTRATANTE** deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo sexto – A garantia referida nesta cláusula deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual e somente será liberada ou restituída, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, depois de expirado o prazo de vigência do Contrato, ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

Parágrafo sétimo – Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme os critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

Parágrafo oitavo – Aditado o Contrato, prorrogado o prazo de sua vigência ou alterado o seu valor, ou reduzido o valor da garantia em razão de aplicação de qualquer penalidade, fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do evento que deu ensejo à alteração, garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula.

Parágrafo nono – No caso de prorrogação do prazo contratual, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura do termo aditivo ao Contrato.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA DEZ – O objeto deste Contrato será recebido por servidor formalmente designado pelo **CONTRATANTE**, que procederá à conferência de sua conformidade com o Edital, o Termo de Referência e o Contrato. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o serviço.

Parágrafo primeiro – Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução do objeto, a **CONTRATADA** fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo - O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da **CONTRATADA**.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA ONZE – O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**, devendo apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- e) relação nominal dos profissionais alocados nos postos de trabalho, bem como cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço e das guias de recolhimento de INSS e FGTS específicas do contrato, contendo a relação de empregados por tomador de serviço, acompanhadas dos respectivos comprovantes do efetivo recolhimento. Na hipótese de guias retificadoras, estas também deverão ser apresentadas, independentemente de quantas forem;
- f) comprovante de pagamento, do mês do adimplemento da obrigação, referente a auxílio-alimentação e auxílio-transporte dos profissionais alocados nos postos de trabalho;

Supremo Tribunal Federal

- g) resumo discriminado de faturamento, incluindo o quantitativo e o número de horas de funcionamento dos postos de trabalho;
- h) demonstrativo de férias e licenças concedidas, indicando se houve ou não a ocupação dos postos de trabalho, referentes ao mês anterior da prestação dos serviços;
- i) planilha de cálculo do valor a ser abatido na nota fiscal pela não ocupação dos postos de trabalho em caso de faltas, férias e posto vago.
- j) nota fiscal de remessa e comprovante de entrega (ou outro documento equivalente, assinado pelo STF, pela Contratada e, quando for o caso, pelo ocupante do posto) referente a ferramentas e uniformes.

Parágrafo primeiro – Os custos com o benefício referente ao Seguro de Vida para os postos de trabalho serão ressarcidos mediante a efetiva comprovação dos gastos com a apresentação de contratos com companhias seguradoras, para utilização no caso de morte ou invalidez permanente. O valor a ser ressarcido corresponderá ao definido na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

Parágrafo segundo – Os custos referentes a serviços sob demanda só serão pagos quando houver necessidade de realização dos serviços. Portanto, este valor não constitui garantia de faturamento da Contratada.

Parágrafo terceiro – Os custos referentes aos valores gastos com substituição de peças serão pagos à Contratada mediante processo de ressarcimento, onde previamente será efetuada uma pesquisa de preços das peças trocadas, pagando-se à Contratada o menor valor encontrado entre a nota fiscal apresentada e a pesquisa de mercado efetuada pelo STF.

Parágrafo quarto – Caso a Adjudicatária realize o desconto do vale refeição no contracheque do empregado, caso estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, os valores pagos a mais pelo STF serão glosados.

Parágrafo quinto – O ressarcimento relativo a Serviços de Supervisão de Engenharia, Ferramentas, Uniformes e Serviços sob Demanda será realizado com base na cotação apresentada pela Adjudicatária quando da licitação.

Parágrafo sexto – O pagamento referente aos valores gastos com Seguro de Vida, Ferramentas, Uniformes e Peças serão pagos à Adjudicatária mediante ressarcimento.

Parágrafo sétimo – **Parágrafo sexto** – A **CONTRATADA** não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do Contrato.

Parágrafo oitavo – As notas fiscais/faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, neste Contrato ou quando observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à **CONTRATADA** e nesse caso o prazo previsto nesta Cláusula será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

Parágrafo nono – O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento dos serviços prestados após a comprovação do pagamento dos correspondentes salários, auxílio-alimentação e auxílio-transporte dos profissionais alocados nos postos de trabalho e dos respectivos encargos sociais.

Parágrafo dez – A comprovação de que trata o parágrafo anterior será demonstrada mediante apresentação de documentos oficiais, correspondentes ao mês do adimplemento da obrigação ou, excepcionalmente, do mês anterior, quando ainda não vencidas as referidas contribuições.

Supremo Tribunal Federal

Parágrafo onze – No caso de falta do profissional em qualquer posto de trabalho, não suprido por outro profissional, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não trabalhadas.

Parágrafo doze – Por ocasião da liquidação e pagamento dos serviços faturados pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** efetuará a retenção dos impostos, observando o disposto na Instrução Normativa 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal. O ato de retenção observará as competências atribuídas ao substituto tributário, nos termos da legislação tributária.

Parágrafo treze – No último mês de vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilha com as ocorrências de falta, férias dos profissionais alocados e não substituídos e postos de trabalho não ocupados referente ao mês anterior e ao mês do faturamento.

Parágrafo quatorze – Acerca do componente de custo relativo ao aviso prévio, o **CONTRATANTE** somente indenizará a **CONTRATADA**, por ocasião do último pagamento, caso não a comunique quanto à prorrogação do Contrato, no prazo de 35 (trinta e cinco) dias antes do seu término.

Parágrafo quinze – O valor do aviso prévio de término de vigência do Contrato corresponderá a 7 (sete) dias não trabalhados, o que será representado pelo percentual de 23,33% ($7/30 \times 100$), a ser aplicado sobre a remuneração do profissional alocado no respectivo posto de trabalho, observada a legislação trabalhista. Sobre esse valor incidirá o percentual dos demais componentes e tributos.

CLÁUSULA DOZE – O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas (pagamento do salário referente ao último mês de vigência do Contrato e quitação relativa à rescisão do Contrato de trabalho entre empregado e empregador), por parte da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TREZE – Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

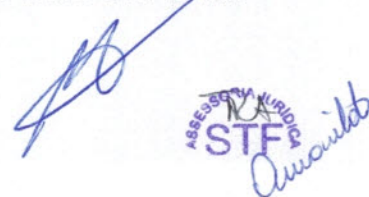
CLÁUSULA QUATORZE – O Supremo Tribunal Federal disponibiliza na internet informações sobre pagamentos realizados e tributos recolhidos de seus fornecedores. Acesse www.stf.jus.br, clique em <acesso a informação>, depois em <transparência> e <dados diários da despesa>.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA QUINZE – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DEZESSEIS – Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art.



Supremo Tribunal Federal

4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

- a) não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- d) retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- e) não mantiver a proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

CLÁUSULA DEZESSETE – A **CONTRATADA** ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de:

b.1) 0,1% sobre o valor unitário mensal contratado, nos casos de a **CONTRATADA**:

b.1.1)	permitir a presença de profissional alocado no posto de trabalho não-uniformizado, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado, bem como sem portar o crachá, aplicada por profissional e por ocorrência;
b.1.2)	deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade do pessoal, aplicada por profissional e por dia;
b.1.3)	recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, aplicada por serviço e por dia;
b.1.4)	deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, aplicada por ocorrência;
b.1.5)	deixar de cumprir quaisquer dos itens do Contrato e anexos não-previstos nesta tabela de multas, aplicada por ocorrência e por dia;

- b.2) por atraso de salários (A), inclusive férias (B) e 13º salário (C), auxílio-transporte (D) e/ou auxílio-refeição (E) nas datas avençadas, calculados aplicando-se a fórmula a seguir:

$$X = (10\% (A+B+C+D+E)) \times F \times G/30 + R\$ 400,00$$



Onde:

A, B, C, D, E = valor do item inadimplido, quando for o caso;

F = número de profissionais afetados;

G = número de dias em atraso;

R\$ 400,00 = corresponde ao valor mínimo da multa. No caso de mais de uma ocorrência dentro do mesmo mês, este valor será acrescido uma única vez;

Supremo Tribunal Federal

b.3) 0,3% sobre o valor mensal contratado, nos casos de:

b.3.1)	não manter matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, durante a vigência do Contrato, com condições adequadas para gerenciar a prestação dos serviços, aplicada por dia;
b.3.2)	não cumprir quaisquer dos itens do Contrato e anexos não-previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, aplicada por ocorrência e por dia;

b.4) 0,07% ao dia sobre o valor mensal contratado, no caso de atraso injustificado para atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documentos, assinatura ou devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, se for o caso;

b.5) 1% sobre o valor mensal contratado, no caso de descumprimento, por parte do engenheiro supervisor, da jornada de 10 horas semanais, aplicada por ocorrência;

b.6) 1% ao dia sobre o valor mensal contratado, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, aplicada por posto de trabalho;

b.7) 2% sobre o valor mensal contratado, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do STF, aplicada por ocorrência;

b.8) 0,07% ao dia sobre o valor total contratado, no caso de atraso para apresentação da garantia contratual, limitada ao máximo de 2%. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias poderá configurar inexecução parcial da obrigação assumida;

b.9) 2% sobre o valor total contratado, no caso de não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social e/ou não recolhimento do FGTS dos empregados, podendo configurar inexecução parcial da obrigação assumida;

b.10) 5% sobre o valor total contratado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida, podendo ensejar rescisão contratual;

b.11) 10% sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ensejando rescisão contratual;

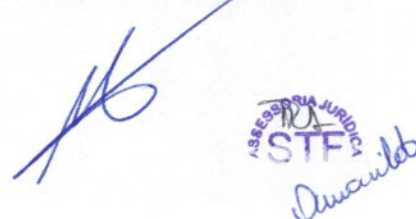
b.12) no caso de descumprimento de qualquer obrigação constante da planilha de custos anexa ao Contrato ou à proposta, o valor da multa será igual ao dobro da vantagem auferida pela adjudicatária;

c) impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos da Lei 10.520/02;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei 8.666/93.

Parágrafo primeiro – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, descontado da garantia contratual ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

Parágrafo segundo – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" da Cláusula Dezessete poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.



DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DEZOITO – O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de **01 de fevereiro de 2016**, podendo ser prorrogado pelo período de até 60 (sessenta) meses.

DA REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA DEZENOVE – Os preços contratados poderão ser repactuados, mediante negociação entre as partes, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir, cabendo à **CONTRATADA** apresentar, junto à solicitação, a devida justificativa e demonstração analítica da variação dos componentes de custo do Contrato, de acordo com planilha de custos e formação de preços, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com a comprovação de registro na Delegacia Regional do Trabalho, entre outros, visando à análise e aprovação pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro – Para os fins previstos nesta Cláusula, considera-se como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do início da vigência do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

Parágrafo segundo – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

Parágrafo terceiro – Por ocasião da repactuação, poderão ser contemplados todos os componentes de custo do Contrato que tenham sofrido variação, desde que haja uma demonstração analítica devidamente justificada e comprovada.

Parágrafo quarto – Quanto ao critério de enquadramento sindical para efeito de repactuação, o **CONTRATANTE** verificará se o empregado pertence ou não à categoria diferenciada, e procederá da seguinte forma:

a) se o empregado não pertencer à categoria diferenciada, o critério de enquadramento sindical será o da atividade econômica preponderante do empregador, independentemente da função desempenhada pelo trabalhador;

b) se o empregado pertencer à categoria diferenciada, será aplicada a convenção coletiva do profissional integrante da categoria diferenciada, só fazendo jus aos benefícios da convenção coletiva de sua categoria se a empresa contratada for representada por órgão de classe de sua categoria, caso contrário, aplica-se a convenção coletiva referente à atividade econômica preponderante do empregador;

c) quando não for possível determinar a atividade preponderante do empregador em razão da diversidade de áreas em que atua (normalmente situação das empresas de terceirização com locação de mão de obra), o enquadramento sindical deve ser feito pela atividade efetivamente exercida pelo empregado.

Parágrafo quinto – Caberá à **CONTRATADA**, dentre outros documentos necessários à repactuação, apresentar documentação atualizada comprovando o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) a ser aplicado. O STF repactuará o FAP para reduzi-lo, com efeitos retroativos, não se admitindo majoração deste item.

Parágrafo sexto – Não é admitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de qualquer item de custo não previsto nos componentes apresentados originariamente, exceto quando se tornarem

obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Parágrafo sétimo – A proposta de repactuação dependerá de iniciativa da **CONTRATADA**, observados os termos exigidos pelo *caput* desta Cláusula, e deverá ser apresentada durante a vigência do contrato, com a assinatura do termo de prorrogação de vigência contratual ou, se for o caso, com o encerramento do ajuste, sob pena de preclusão do direito de repactuar.

Parágrafo oitavo – Nos casos em que o acordo coletivo ou a convenção coletiva da categoria não houver sido homologado até a data da assinatura do termo de prorrogação da vigência do contrato, a **CONTRATADA** deve, sob pena de preclusão, ressaltar, no termo aditivo de prorrogação, o seu direito a repactuar. A partir da ressalva, a formalização do pedido de repactuação deverá ocorrer até a data da assinatura do termo de prorrogação subsequente.

Parágrafo nono – A inércia da **CONTRATADA** em ressaltar seu direito ou em solicitar a repactuação, antes do prazo estipulado, implicará a preclusão do direito à repactuação.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA VINTE – Os preços contratados referentes a uniformes e ferramentas serão reajustados, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que ela se refere, ou do último reajuste.

DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO

CLÁUSULA VINTE E UM – Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do art. 65 da Lei 8.666/1993, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – Este Contrato poderá ser rescindido por inadimplemento de cláusula estabelecida neste Contrato ou nos casos previstos no art. 78 da Lei 8.666/1993, e será rescindido nos casos de subcontratação total ou parcial do objeto. Assegurado o contraditório e a ampla defesa, após notificação.

Parágrafo único – Nos casos em que a **CONTRATADA** sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução do Contrato não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e das condições de habilitação.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do art. 80.

DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – Os encargos sociais trabalhistas serão contingenciados pelos percentuais abaixo, incidentes sobre a remuneração mensal dos empregados alocados nos postos de trabalho.

Supremo Tribunal Federal

Encargos Sociais	Percentuais
13º Salário	8,33%
Férias	8,33%
Subtotal	16,66%
Impacto sobre 13º Salário e Férias (Incidência do Grupo A, conforme o RAT)	5,88%
Abono de Férias	2,78%
FGTS rescisões sem justa causa	3,60%
Percentual total dos encargos sociais a contingenciar	28,92%

CLÁUSULA VINTE E CINCO – A CONTRATADA solicitará autorização do **CONTRATANTE** para efetuar transferência/movimentação dos valores referentes às despesas com o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados que prestam os serviços contratados pelo **CONTRATANTE**, ocorridas durante a vigência do contrato. Para tanto, a **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, com antecedência suficiente para análise, planilha indicando os nomes dos profissionais a serem favorecidos, os documentos comprobatórios da ocorrência de indenizações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

CLÁUSULA VINTE E SEIS – A parcela correspondente ao Aviso Prévio Trabalhado será liberada no término do Contrato juntamente com o saldo remanescente na conta vinculada, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

DAS HORAS SUPLEMENTARES

CLÁUSULA VINTE E SETE – Os profissionais alocados nos postos de trabalho poderão, quando necessário, realizar serviços em horas suplementares, **para o posto de trabalho de Manutenção de Sistema de Automação Predial do STF**, observado o limite estabelecido na CLT. A realização de serviços em horas suplementares deverá ser compensada com a respectiva diminuição na jornada, durante o mesmo mês, de acordo a necessidade do serviço. Caso não seja possível, será efetuado o pagamento das referidas horas suplementares.

Parágrafo primeiro – A realização de serviços em horas suplementares requer a adoção dos seguintes procedimentos:

- apresentação de justificativa prévia do setor interessado, indicando número de posto, horário e período;
- existência de disponibilidade orçamentária;
- autorização prévia do ordenador de despesa;
- registro em sistema de controle de prestação de serviços.

Supremo Tribunal Federal

Parágrafo segundo – As horas suplementares serão remuneradas com o resultado da seguinte operação:

$$VHS = \frac{S \times ES \times i \times BDI'}{h}$$

Onde:

VHS = Valor da hora Suplementar.

S = Salário + adicional.

i = índice referente ao acréscimo sobre a hora normal, assumindo os valores de:

1,5 para o acréscimo legal de 50% sobre o valor do salário para os serviços realizados de segunda-feira a sábado e feriados forenses, ou 2,0 para o acréscimo legal de 100% sobre o valor do salário para os serviços realizados aos domingos e feriados.

h = divisor referente ao número de horas mensais, assumindo o valor de 220 para 44 horas semanais.

ES = constante da equação que engloba o índice referente ao Grupo A dos Encargos Sociais, de%, incidente sobre o resultado da soma do salário mais o respectivo acréscimo legal (integrado na equação).

BDI' = utiliza-se a fórmula constante do Edital para o cálculo do BDI, excluindo-se o percentual referente à Taxa de Despesa Administrativa, considerando os percentuais de Taxa dos Tributos sobre o Faturamento e Taxa de Lucro apresentados pela licitante.

Parágrafo terceiro – Somente será considerada hora suplementar aquela que exceder à quantidade de horas mensais previstas para cada posto de trabalho.

Parágrafo quarto – O controle do funcionamento dos postos de trabalho será realizado eletronicamente, por meio de sistema de controle de prestação de serviços.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA VINTE E OITO – Aplicam-se à execução do presente Contrato a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas legais pertinentes.

DO FORO

CLÁUSULA VINTE E NOVE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Contrato é competente o foro de Brasília - Distrito Federal.



Supremo Tribunal Federal

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA TRINTA– O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor.

Brasília-DF, 29 de Janeiro de 2016.

Pelo **CONTRATANTE**

Amarildo V. de Oliveira

Amarildo Vieira de Oliveira
Diretor-Geral

Pela **CONTRATADA**

[Assinatura]
Marcos Alex Sá Sereno
Sócio-Diretor

ANEXO I CONTRATO Nº4/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, REMANEJAMENTO, READEQUAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE SUPERVISÃO PREDIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA (Pregão Eletrônico Nº 133/2015 – Processo 357.370, SEI 911/2016/2016).

DADOS DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS CONTRATADOS

1. Nome completo

Edson Cosmo de Lima

2. Cargo

Engenheiro Eletricista / Técnico em eletrônica

3. CREA

8112/D-DF

4. CPF

266.527.221-00

5. Comprovação de Vínculo

Documentos pessoais, Registro de empregado e CRQ - CREA da DLF

1. Nome completo

Marcos Alex Sá Sereno

2. Cargo

Engenheiro Mecânico

3. CREA

CREA 7.779/D-DF

4. CPF

253.758.063-04

5. Comprovação de Vínculo

5ª alteração contratual e CRQ - CREA da DLF



Assinatura

ANEXO II CONTRATO Nº4/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, REMANEJAMENTO, READEQUAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE SUPERVISÃO PREDIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2015 – PROCESSO 357.370, SEI 911/2016/2016).

AUTORIZAÇÃO

A empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, com sede na C-12 AE 02 Sala 323, 3º Andar – Ed. Conjunto Nacional – Taguatinga Centro, Brasília - DF, CEP: 72.010-120, CNPJ 03.591.509/0001-44, telefone/fax: (61) 3336-1982, neste ato representada por seu Sócio-Diretor, Sr. Marcos Alex Sá Sereno, CREA n. 7.779/D-DF e CPF 253.758.063-04 denominada **CONTRATADA**, autoriza o STF a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da **CONTRATADA**, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Brasília-DF, 29 de Janeiro de 2016.

Pela **CONTRATADA**


Marcos Alex Sá Sereno
Sócio-Diretor

Supremo Tribunal Federal

ANEXO III AO CONTRATO Nº 04/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, REMANEJAMENTO, READEQUAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE SUPERVISÃO PREDIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA (Pregão Eletrônico Nº 133/2015 - Processo 357.370, SEI 911/2016).

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS - INCIDÊNCIA CUMULATIVA DE PIS E CONFINS - PERÍODO DE 01/02/2016 A 31/01/2017

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS - INCIDÊNCIA CUMULATIVA DE PIS E CONFINS - PERÍODO DE 01/02/2016 A 31/01/2017																				
Posto de Trabalho	Carga Horária semanal do posto de trabalho	MONTANTE "A"					Total unitário montante "A"	Valor do vale refeição	Valor do vale transporte mensal - parte da empresa	Catê da Manhã Convenção Coletiva de Trabalho SINDUSCON	Total unitário montante "B"	Somatório Montantes "A" e "B"	BDI Calculado sobre o somatório dos Montantes "A" e "B" 25,43%	Total unitário mensal do posto de trabalho	Total unitário anual do posto de trabalho	Quantidade de horas anuais	Valor da hora	Quantidade de profissionais por posto de trabalho	Total mensal estimado da Contratação	Total anual estimado da contratação
		Salário	Adicional noturno	Adicional feriados trabalhados (12x36h)	Encargos Sociais	Total unitário montante "A"														
Técnico em Automação Predial	44 horas	2.748,57	0,00	0,00	1.870,95	4.619,52	267,58	267,29	61,75	586,62	5.206,14	1.323,92	6.530,06	78.360,72	1,975	39,68	1	6.530,06	78.360,72	
Operador de Instalações	12 x 36 Diurno	1.597,27	0,00	24,40	1.103,87	2.725,54	197,17	189,58	45,50	432,25	3.157,79	803,03	3.960,82	47.529,84	2.184	21,76	2	7.921,64	95.059,68	
	12 x 36 Noturno	1.597,27	212,97	27,66	1.251,06	3.088,96	197,17	189,58	45,50	432,25	3.521,21	895,44	4.416,65	52.999,80	2.184	24,27	2	8.833,30	105.999,60	
Subtotal 1						10.434,02				1.451,12	11.885,14						5	23.285,00	279.420,00	
I - HORA SUPLEMENTAR - VALOR ESTIMADO																				
II - Serviços de Supervisão de engenharia (Valor da Hora - R\$ 114,73 x Quantidade de horas anuais - 520 horas)																				
III - Previsão para RESSARCIMENTO de Uniformes																				
IV - Previsão para RESSARCIMENTO A TÍTULO DE COMODATO de Ferramentas																				
V - Serviços sob Demanda - Planilha na forma do subitem 15.4 do Termo de Referência																				
VI - Seguro de vida - Cláusula 14ª CCT																				
VII - Ressarcimento de Peças																				
Subtotal 2																		2.500,00	30.000,00	
TOTAL- Somatório do subtotal 1 e subtotal 2																				
																		40.061,19	510.734,22	
																			790.154,22	

Anuário

Assessoria Jurídica
STF

ANEXO IV AO CONTRATO Nº 04/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, REMANEJAMENTO, READEQUAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE SUPERVISÃO PREDIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

CÁLCULO DE HORAS E DIAS ÚTEIS NO PERÍODO DE 01/02/2016 A 31/01/2017

MÊS	Nº DE DIAS DE 2ª a 5ª Feira	Nº DE 6ª FEIRAS	Nº DE SÁBADOS	Nº DE DOMINGOS E FERIADOS	Nº DE FERIADOS FORENSES	44 HORAS SEMANAIS
fev/16	15	4	4	5	1	163
mar/16	17	3	4	5	2	177
abr/16	15	5	5	5	0	175
mai/16	17	4	4	6	0	185
jun/16	18	4	4	4	0	194
jul/16	16	5	5	5	0	198
ago/16	18	4	4	4	1	194
set/16	16	5	4	5	0	184
out/16	16	3	5	6	1	168
nov/16	15	4	4	6	1	167
dez/16	16	5	5	4	1	150
jan/17	18	4	4	5	0	110
DIAS ÚTEIS	197	50	52	60		
TOTAL DE HORAS DE FUNCIONAMENTO NO PERÍODO	247					1.975

CÁLCULO DO VALE TRANSPORTE

Posto de trabalho	Salário	12 meses (12 * salário)	Dias úteis no ano	Resultado (12 meses / dias úteis)	6% * resultado (anual)	Dias Trabalhados no ano	Participação funcionário (anual)
Técnico em Automação Predial	2.748,57	32.982,84	247	133,53	0,00	247	0,00
Operador de Instalações	1.597,27	19.167,24	182	105,31	0,00	182	0,00

Posto de trabalho	Valor unitário do vale	Quantidade diária	Dias úteis no ano	Resultado	Participação funcionário (anual)	Participação empresa (mensal)
Técnico em Automação Predial	6,25	2	247	3.087,50	0,00	257,29
Operador de Instalações	6,25	2	182	2.275,00	0,00	189,58

Observações:

- No posto de trabalho 12X36, em 1 semana o profissional trabalha 3 dias (36 horas) e na outra trabalha 4 dias (48 horas) e assim alternadamente.
- Um ano possui 52 semanas. Durante 26 semanas (metade de 52 semanas), o profissional trabalhará 48 horas por semana, totalizando 1.248 horas no período, assim, durante 1 ano o ocupante do posto de trabalho 12X36 trabalhará 182 dias perfazendo 2.184 horas.
- Para o valor Unitário do Vale Transporte, foi levado em consideração o preço praticado em Brasília, devendo a empresa aplicar o valor correspondente à sua realidade, no entanto, deverá ser observada a metodologia de cálculo constante na planilha de formação de preços, cuja comprovação deverá ser comprovada quando do encaminhamento da proposta vencedora.

CÁLCULO BDI - Não Cumulativa

DESCRIÇÃO	A	%
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	A	5,00%
TAXA DE LUCRO BRUTO	B	10,00%
TRIBUTOS:	C	14,25%
ISS		5,00%
COFINS		7,60%
PIS		1,65%
TOTAL DO BDI		34,69%

Fórmula do BDI

$$BDI = \left\{ \frac{(1 + A) \times (1 + B)}{(1 - C)} \right\} - 1$$

Onde:
A = Taxa de Despesas Administrativas;
B = Taxa do Lucro Bruto; e
C = Taxa dos Tributos

CÁLCULO BDI - Cumulativa

DESCRIÇÃO	A	%
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	A	5,00%
TAXA DE LUCRO BRUTO	B	9,12%
TRIBUTOS:	C	8,65%
ISS		5,00%
COFINS		3,00%
PIS		0,65%
TOTAL DO BDI		25,43%

Fórmula do BDI

$$BDI = \left\{ \frac{(1 + A) \times (1 + B)}{(1 - C)} \right\} - 1$$

Onde:
A = Taxa de Despesas Administrativas;
B = Taxa do Lucro Bruto; e
C = Taxa dos Tributos

CÁLCULO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Qtd	Valor unitário	Valor anual	Valor mensal
247	R\$ 13,00	R\$ 3.211,00	R\$ 267,58
182	R\$ 13,00	R\$ 2.366,00	R\$ 197,17

CÁLCULO CAFE DA MANHA

Qtd	Valor unitário	Valor anual	Valor mensal
182	R\$ 3,00	R\$ 546,00	R\$ 45,50
247	R\$ 3,00	R\$ 741,00	R\$ 61,75

ANEXO V AO CONTRATO Nº 04/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, REMANEJAMENTO, READEQUAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE SUPERVISÃO PREDIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS PERCENTUAIS DE ENCARGOS SOCIAIS		
Item	Título	
	RAT %	3,00
	FAP	0,5000
Grupo "A"		%
1	PREVIDÊNCIA SOCIAL	20,00
2	SESI / SESC	1,50
3	SENAI / SENAC	1,00
4	INCRA	0,20
5	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50
6	F G T S	8,00
7	SEGURO ACIDENTES DO TRABALHO	1,500
8	SEBRAE	0,60
Total do Grupo "A"		35,30
Grupo B		%
9	13º SALÁRIO	8,33
10	FÉRIAS	8,33
11	ABONO DE FÉRIAS	2,78
12	AUXÍLIO DOENÇA	1,39
13	LICENÇA PATERNIDADE	0,02
14	FALTAS LEGAIS	0,28
15	ACIDENTE DO TRABALHO	0,03
Total do Grupo "B"		21,160
Grupo C		%
16	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,42
17	AVISO PRÉVIO	0,04
18	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,08
19	FGTS RECISÕES SEM JUSTA CAUSA	3,60
Total do Grupo "C"		4,14
Grupo D		%
20	INCIDÊNCIA DE A SOBRE B	7,47
Total do Grupo "D"		7,47
Total dos Encargos Sociais		68,070
Aviso Prévio ao término do contrato 23,33% da remuneração mensal = $(7 / 30) \times 100$		

Item	Risco Acidente do Trabalho - RAT
	3
Grupo "A"	35,30
TÍTULO	%
13º SALÁRIO	8,33
FÉRIAS	8,33
Subtotal	16,66
INCIDÊNCIA GRUPO "A"	5,88
ABONO DE FÉRIAS	2,78
FGTS RECISÕES SEM JUSTA CAUSA	3,60
A CONTINGENCIAR	28,92




ANEXO VI AO CONTRATO Nº 04/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, REMANEJAMENTO, READEQUAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE SUPERVISÃO PREDIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

SERVIÇOS SOB DEMANDA

Item	Descrição	Valor unitário máximo Admitido	Quantidade estimada anual	Valor Total Máximo Admitido
1	Atualização de backup do software operacional incluindo: programação das controladoras, listas de pontos e telas gráficas dos sistemas de supervisão (conforme Termo de Referência)	R\$ 297,00	35	R\$ 10.395,00
2	Atualização de projeto de automação e controle em decorrência de possíveis modificações. (conforme termo de referência)	R\$ 17.000,00	1	R\$ 17.000,00
3	Acréscimo lógico no sistema de automação com fornecimento e instalação de material de infraestrutura e a programação no sistema, incluindo telas gráficas (conforme termo de referência)	R\$ 865,00	50	R\$ 43.250,00
4	Remanejamento lógico no sistema de automação com fornecimento e instalação de material de infraestrutura e a programação no sistema, incluindo telas gráficas (conforme termo de referência)	R\$ 865,00	50	R\$ 43.250,00
5	Instalação de instrumentos de automação (sensores, relés, acopladores, atuadores, detectores, válvulas, transformadores, etc.) com fornecimento de material de infraestrutura e a programação no sistema. As peças empregadas serão pagas por ressarcimento (conforme termo de referência)	R\$ 865,00	100	R\$ 86.500,00
6	Remanejamento de instrumentos de automação (sensores, relés, acopladores, atuadores, detectores, válvulas, transformadores, etc.) com fornecimento de material de infraestrutura e a programação no sistema. As peças empregadas serão pagas por ressarcimento (conforme termo de referência)	R\$ 865,00	100	R\$ 86.500,00
7	Modificação e atualização de telas gráficas de softwares de automação em virtude de mudança de leiaute com configurações e ajustes necessários no software (conforme termo de referência)	R\$ 300,00	30	R\$ 9.000,00
8	Programação de software de automação devido à alteração de equipamento de automação ou equipamento supervisionado, com fornecimento e instalação de material de infraestrutura e as configurações e ajustes necessários no software (telas gráficas) (conforme termo de referência)	R\$ 300,00	30	R\$ 9.000,00
9	Inspecções técnicas terceirizadas (visitas de técnicos de empresas especializadas ou autorizadas em algum tipo de equipamento ou marca presente no sistema de automação predial do STF) (conforme termo de referência)	R\$ 19.395,91	5	R\$ 96.979,55
VALORES TOTAIS DAS PROPOSTAS		R\$ 40.752,91		R\$ 401.874,55



Anaíla

ANEXO VII AO CONTRATO Nº 04/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, REMANEJAMENTO, READEQUAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE SUPERVISÃO PREDIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

POSTO DE TRABALHO	TOTAL DE PEÇAS ANUAIS POR PROFISSIONAL	TIPO DO UNIFORME	VALOR UNITÁRIO PEÇA	VALOR DO CONJUNTO	VALOR TOTAL ANUAL
Manutenção de Sistema de Automação Predial	2	Jaleco de brim fechado, conforme especificação do TR.	R\$ 30,00	R\$ 60,00	R\$ 120,00
	3	Camisa de malha, conforme especificação do TR.	R\$ 25,00	R\$ 75,00	R\$ 150,00
	2	Calça de brim, com elástico na cintura, conforme especificação do TR.	R\$ 30,00	R\$ 60,00	R\$ 120,00
	1	Par de botas de couro com solado de borracha, conforme especificação do TR.	R\$ 25,00	R\$ 25,00	R\$ 50,00
	3	Par de meias, 100% algodão.	R\$ 10,00	R\$ 30,00	R\$ 60,00
Valor total anual por profissional					R\$ 500,00

ANEXO VIII AO CONTRATO Nº 04/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA, REMANEJAMENTO, READEQUAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE SUPERVISÃO PREDIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

EQUIPAMENTOS QUE DEVERÃO SER MANTIDOS NAS DEPENDÊNCIAS DO STF, PELO SISTEMA DE COMODATO									
Item	Especificação	Marca de referência	Unidade	Quantidade	Valor unitário máximo admitido	Vida útil estimada	%	Depreciação Anual	Mensal
1	Alicate Amperímetro com multimetro. Ref. Minipa ET 3367 - Bateria Instalada	Minipa	pç.	1	R\$ 631,98	5	20%	R\$ 126,40	R\$ 10,53
2	Alicate Bico Fino Corte 6 pol	Belzer	pç.	1	R\$ 18,03	5	20%	R\$ 3,61	R\$ 0,30
3	Alicate de Corte Diagonal de 6 Pol	Belzer	pç.	1	R\$ 19,34	5	20%	R\$ 3,87	R\$ 0,32
4	Alicate universal 8 pol.	Belzer	pç.	1	R\$ 18,85	5	20%	R\$ 3,77	R\$ 0,31
5	Cadeado E-35	PADO	pç.	1	R\$ 13,04	5	20%	R\$ 2,61	R\$ 0,22
6	Cave de fenda 5/16" x 10"	Belzer	pç.	1	R\$ 8,53	5	20%	R\$ 1,71	R\$ 0,14
7	Chave de fenda cotoco 1/4" x 1"	Belzer	pç.	1	R\$ 4,45	5	20%	R\$ 0,89	R\$ 0,07
8	Chave de fenda 1/4" x 4"	Belzer	pç.	1	R\$ 4,68	5	20%	R\$ 0,94	R\$ 0,08
9	Chave de fenda 1/4" x 5"	Belzer	pç.	1	R\$ 5,03	5	20%	R\$ 1,01	R\$ 0,08
10	Chave de fenda 1/8" x 5"	Belzer	pç.	1	R\$ 3,65	5	20%	R\$ 0,73	R\$ 0,06
11	Chave de fenda 3/16" x 5"	Belzer	pç.	1	R\$ 4,14	5	20%	R\$ 0,83	R\$ 0,07
12	Chave de fenda 5/16" x 10"	Belzer	pç.	1	R\$ 8,53	5	20%	R\$ 1,71	R\$ 0,14
13	Chave de fenda cotoco 1/4" x 5"	Belzer	pç.	1	R\$ 6,84	5	20%	R\$ 1,37	R\$ 0,11
14	Chave philips 1/4" x 5"	Belzer	pç.	1	R\$ 6,53	5	20%	R\$ 1,31	R\$ 0,11
15	Chave philips 1/8" x 3"	Belzer	pç.	1	R\$ 3,48	5	20%	R\$ 0,70	R\$ 0,06
16	Chave philips 1/8" x 5"	Belzer	pç.	1	R\$ 3,78	5	20%	R\$ 0,76	R\$ 0,06
17	Chave philips 3/16" x 5"	Belzer	pç.	1	R\$ 4,74	5	20%	R\$ 0,95	R\$ 0,08
18	Chave philips 5/16" x 10"	Belzer	pç.	1	R\$ 8,78	5	20%	R\$ 1,76	R\$ 0,15
19	Jogo de chave allen com 10 peças	Vonder	Cj.	1	R\$ 31,05	5	20%	R\$ 6,21	R\$ 0,52
20	Estilete profissional 6 pol. com lâminas	Tramotina	pç.	1	R\$ 6,51	5	20%	R\$ 1,30	R\$ 0,11
21	Lanterna pequena com pilha	Rayovac	pç.	1	R\$ 21,94	5	20%	R\$ 4,39	R\$ 0,37
22	Bolsa de Lona para ferramentas	Vonder	pç.	1	R\$ 25,85	5	20%	R\$ 5,17	R\$ 0,43
23	Prensa terminal com catraca 0.5 a 6mm		pç.	1	R\$ 130,75	5	20%	R\$ 26,15	R\$ 2,18
24	Trena de aço profissional 05m	Starrett	pç.	1	R\$ 9,58	5	20%	R\$ 1,92	R\$ 0,16
					R\$ 1.000,08			R\$ 200,07	R\$ 16,66

[Assinatura]
 Engenheiro Civil
 DLF Engenharia